

Trajectoria e realidade da educação do campo no Pará

Trajectory and reality of field education in Pará

Trayectoria y realidad de la educación del campo en Pará

Rosenildo da Costa Pereira

Secretaria Municipal e Educação e Cultura (Semec), Abaetetuba/PA - Brasil

Resumo

O estudo procura analisar a educação do campo no Pará, apresentando dados estatísticos educacionais, que expressam a realidade da educação no estado em face desse processo e as articulações realizadas pelos sujeitos locais, no sentido de reverter a perversa situação da educação no meio rural local. De igual modo, pretende-se apresentar as conquistas do Movimento Paraense de Educação do Campo, a partir das políticas de educação do campo presente na nossa região. O estudo abrangeu análise documental e bibliográfica, apontando a realidade e as conquistas desse movimento.

Palavras-chave: Educação do campo, Movimento Paraense de Educação do Campo, Conquistas para a educação do campo do Pará

Abstract

The study aims to analyze rural education in the State of Pará, presenting educational statistics data that express the reality of education in the State, in the face of this process, the articulations carried out by local subjects in order to reverse the perverse situation of education in local rural areas. As well as presenting the achievements of the Paraense Movement of Field Education, based on education policies of the field present in our region. The study covered documentary and bibliographic analysis, pointing to the reality and achievements of this movement.

Keywords: Field education, Paraense Movement of the Field Education, Achievements for the education of the Pará field.

Resumen

El estudio busca analizar la educación del campo en Estado de Pará, presentando datos estadísticos educativos que expresan la realidad de la educación en el estado, frente a ese proceso como las articulaciones realizadas por los sujetos locales en el sentido de reverter a la perversa situación de la educación en el medio rural local. De igual modo, se quiere presentar las conquistas del Movimiento Paraense de Educación del Campo, a partir de las políticas de educación del campo presente en nuestra región. El estudio abarcó análisis documental y bibliográfico, señalando la realidad y las conquistas de ese movimiento.

Palabras clave: Educación del campo, Movimiento Paraense de Educación del Campo, Conquistas para una educación del campo del Estado de Pará

1. Introdução

As discussões relacionadas à questão da educação do campo no Brasil têm se pautado como matriz de referência de organização dos movimentos sociais do campo, que, na sua essência, têm compreendido a educação como um bem inalienável para o progresso do que denominam de território camponês.

Com essa compreensão face ao processo de exclusão escolar no campo, os sujeitos sociais, particularmente os movimentos sociais, organizados a partir das demandas provenientes da realidade do campo, começaram a se articular, em meados de 1997. Esses movimentos reivindicam um projeto de sociedade mais justo e igualitário, com base na inserção dos sujeitos do campo nas políticas sociais em geral, principalmente, pela efetivação da reforma agrária como reconhecimento de que pertencem a um território ou precisam de um território para efetivar suas respectivas práticas socioculturais.

A conquista e reconhecimento do território fazem com que o homem do campo deixe de ser posseiro e passe à condição de proprietário de fato e de direito da terra. É o primeiro passo para que lute para efetivação de outros direitos sociais fundamentais, como: saúde, saneamento, energia elétrica e, sobretudo, educação.

É a esse encontro de possibilidades de mudança social que as lutas sociais acontecem como ferramenta legal na busca pela efetivação dos direitos humanos fundamentais, por exemplo, aqueles a que nos referimos acima. Efetivar esses direitos no campo só é possível com a concretização da reforma agrária. Conquistar a terra é o primeiro passo para a garantia de outros direitos, como a educação no campo.

Desenvolver o campo de acordo com suas necessidades e não como os outros querem e acham que ele deve ser desenvolvido é o ponto-chave para que a luta sindical dos trabalhadores rurais aconteça. Nesse sentido, a educação do campo no Brasil nasceu da iniciativa dos movimentos sociais do campo, de maneira especial o Movimento dos Sem Terra (MST), que impulsionou, em 1988, o I Encontro de Educadores e Educadoras das Escolas do Campo, na cidade de Luziana, no estado de Goiás, com o apoio da Confederação Nacional dos Bispos

do Brasil (CNBB), Universidade Nacional de Brasília (UnB) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Assim como no Brasil como um todo se desencadeou um conjunto de movimentos organizados em prol do debate da educação do campo, na Amazônia, também se organizaram movimentos em favor do povo do campo e, sobretudo, da educação do campo. Trata-se, nesse sentido, do Movimento Paraense de Educação do Campo que impulsionou o debate por uma educação diferenciada para os sujeitos do meio rural local.

2. A realidade da educação do campo no Pará: o que dizem as pesquisas educacionais

Os grupos de pesquisas do Pará vêm denunciando, por meio de investigações científicas, a discrepância em que se encontra a educação no meio rural brasileiro, particularmente na Amazônia paraense. Um desses estudos foi realizado por Hage (2005, p. 45), que aponta a situação da educação na realidade do espaço rural do Pará, afirmando que,

No Pará (...) as escolas multisseriadas constituem a modalidade predominante de oferta do primeiro segmento do ensino fundamental no campo, atendendo a 97,45% da matrícula nessa etapa escolar. Nessas escolas, a taxa de distorção idade-série é de 81,2%, chegando a 90,51% das crianças matriculadas na 4ª série; e a taxa de reprovação equivale a 23,36%, atingindo um índice de 36,25% na 1ª série.

O estudo apresentado por Hage é preocupante, na medida em que, do total de 90 mil escolas, 70 estão concentradas no meio rural do estado. Entretanto, a população residente nesse território de verdes matas e abundantes águas é a maioria analfabeta em comparação aos residentes dos centros urbanos do estado.

Hage (2005) alerta que mais da metade das escolas brasileiras estão localizadas no meio rural, nas quais ainda persiste apenas uma sala de aula, agregando alunos de diferentes faixas etárias, ou seja, as ditas classes multisseriadas, que predominam na educação do campo da Amazônia paraense. Além do mais, falta formação a quem ousa ensinar nessas escolas de apenas uma sala de aula, pois um contingente de 9% possui ensino de nível superior.

Segundo pesquisa apresentada por Hage (2005, p. 44), que analisou o resultado do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB - 2002) afirma que,

no meio rural brasileiro, 28% dos jovens acima de 15 anos no campo ainda são analfabetos; e 3,4 anos é a média de anos de estudo nessa mesma faixa etária; a distorção idade-série atinge 65% dos estudantes matriculados; e somente 25% das crianças de 4 a 6 anos são atendidas. (HAGE, 2005, p. 44)

Uma situação importante precisa ser considerada, ao analisar os dados de escolarização da população do campo brasileiro em relação à cidade: Por que tanta gente analfabeta se a maioria das escolas está concentrada no espaço rural?

Em resposta, acreditamos que não basta apenas construir espaços escolares, mas dar condições para que a população frequente e permaneça nesses espaços. As estruturas das escolas, as classes multisseriadas e, muitas vezes, professores com metodologia tradicional fazem com que os educandos se evadam mais facilmente.

Em razão da problemática da educação do campo no estado do Pará, como apresentado na discussão desse item, é que a população se organizou para reivindicar, de forma justa e digna, a melhoria no aprendizado dos que vivem e residem no meio rural do estado. Foi por causa da busca por qualidade na educação para os sujeitos do campo que surgiu o Movimento Paraense de Educação do Campo, que discute não somente uma educação de qualidade no/do campo, mas, sobretudo, uma educação diferenciada que respeite o modo de vida dos sujeitos locais.

3 - A constituição do Movimento de Educação do Campo na Amazônia paraense: um mecanismo de resistência às políticas educacionais neoliberais

A educação no Brasil e na Amazônia sempre foi efetuada de forma seletiva e excludente que, ao negar os saberes do cidadão, principalmente do campo, acaba expulsando-o da escola, por incompetência na aprendizagem, uma vez que não consegue compreender os conteúdos que a escola se propõe a ensinar. Quando se trata da realidade da educação na Amazônia, os sujeitos locais são

vítimas da imposição de conhecimentos sistematizados, embasados em realidades, muitas vezes, distantes da sua.

Tal conhecimento tem permanecido por muito tempo e, ainda hoje, permanece nos espaços escolares, que não tem contribuído para o exercício da cidadania plena, na medida em que, quando se nega outros saberes que não “são” escolares, acaba-se infringindo o direito à diferença e, sobretudo, reafirmando a desigualdade social, uma vez que, priorizando os conhecimentos de um grupo social e negando todo tipo de conhecimento incompatível com ele, acaba-se ignorando as diferenças.

Outro agravante sobre os conhecimentos escolares é o fato de que a escola não tem contribuído para a ascensão social, tendo em vista que nem todos conseguem usufruir de um dos principais objetivos da educação básica, preconizados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB-9394/96 ao definir no artigo 22, que “A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. Essa formação nega a cidadania, pois, considera como formação comum indispensável, aprender os conhecimentos científicos escolares. Isso leva ao fato de que os educandos têm que apreender o conhecimento comum, mas esse comum é o saber elitizado que nega outras formas de saber. Para Cury (2008, p. 300) analisando Teixeira (1994), “O “comum” vai mais além de um “para todos”, reportando-se a conhecimentos científicos”.

Em oposição a esse modelo de educação, surgiu o movimento “**Por uma Educação do Campo na Amazônia Paraense**”, da necessidade de articular Instituições de Ensino Superior, inicialmente Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade do Estado do Pará (UEPA) etc. O intuito foi de organizar encontros, seminários, grupos de pesquisas, no sentido de investigar e divulgar a realidade da educação na Amazônia, nos meios de divulgações de pesquisas científicas, contribuindo para o fortalecimento e inserção do acervo teórico no campo da investigação científica sobre o contexto Amazônico, frente às desigualdades de oportunidades educacionais para o universo territorial local.

Esse Movimento se constituiu pela busca de efetivação de direitos sociais em um contexto social específico, o campo da Amazônia.

Dessa forma, constata-se que,

Para contrapor essa preocupante realidade, existem, no campo brasileiro e amazônico, diversas alternativas que colocam os sujeitos do campo como sujeitos de direitos. Temos tido grandes avanços com o fortalecimento de redes, fóruns de educação do campo, grupos de pesquisas, rodas de conversa sobre Educação do Campo, seminários, manifesto e outras ações. No Pará, vem sendo fortalecido um Movimento Paraense por uma Educação do Campo que aglutina, através do Fórum Paraense de Educação do Campo, inúmeras entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa e órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento da área educacional que buscam alternativas para a preocupante realidade amazônica. (CARMO; PRAZERES, 2013, p. 208-209)

O Fórum Paraense de Educação do Campo é o marco normativo que regulamenta a educação do campo, no estado do Pará, como espaço de socialização de debate e resistência coletiva, em prol de uma causa que busque reivindicar um dos direitos humanos fundamentais da cidadania, a educação. Não uma educação qualquer, nem uma pensada da mesma forma que a desenvolvida na realidade urbana, que, na sua essência, não tem obtido sucesso no Brasil, e muito menos, na Amazônia e no estado do Pará. Mas uma educação que brote do interior do território camponês, ou seja, uma educação construída e concretizada a partir dos sujeitos de direito, nesse caso, os povos do campo.

Por conta disto surgiu,

O Fórum Paraense de Educação do Campo, movimento que aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que, compartilhando princípios, valores e concepções político-pedagógicas, buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social para todos/as cidadãos/ãs paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores. (HAGE, 2005, p. 25)

Interesses e ideais próprios dos sujeitos do campo têm estimulado pesquisadores das mais variadas instituições de ensino superiores e de diferentes áreas de saber, sociedade civil, movimentos sociais, principalmente, os de representatividade do campo, órgãos governamentais e não governamentais a participarem, juntos, de articulações que estimulem e contribuam para a

efetivação de políticas públicas sociais, especialmente educacionais. É uma tentativa de recuperar a cidadania negada e fortalecer a identidade cultural do território camponês, contribuindo para o exercício de uma vida cidadã de equidade, em que todas as formas de preconceito econômico, social, cultural, étnicos sejam abafadas por mecanismos que não excluam as diferenças de cor, raça, classe social, gênero, credo religioso e todas as formas de manifestações socioculturais.

O **Fórum Paraense de Educação do Campo** visa a implementar uma educação multicultural para o campo da Amazônia. O próprio símbolo do Fórum representa essa iniciativa, ao retratar que a população do campo paraense é constituída de diferentes sujeitos sociais, uma grande diversidade cultural:



Hage (2005, p. 25)

O **Fórum Paraense de Educação do Campo** é uma iniciativa advinda dos grupos de pesquisas sobre educação do/no campo do estado do Pará. Esses pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa têm se organizado e se reunido com movimentos sociais, no sentido de trazer esses movimentos para as discussões e composição do Fórum, além de outros segmentos sociais.

No que se refere aos grupos de pesquisas que impulsionaram esse movimento, podemos destacar: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (Geperuaz), do Centro de Educação da Universidade Federal do Pará (UFPA), que foi decisivo para a construção de mais dois grupos de estudos sobre a temática educação do campo: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Ilha de Marajó (Geperim) e do Grupo de Estudo e

Pesquisa em Educação do Campo na Região Tocantina (Gepecart), ambos da UFPA (HAGE, 2005).

Acrescento a esses o Núcleo de Educação Popular (NEP) Paulo Freire, do Centro de Ciências Sociais e Educação da Universidade do Estado do Pará (Uepa), que, juntos, têm mobilizado e problematizado a educação na Amazônia, onde “se tem observado, na maioria dos espaços educacionais da Amazônia Paraense, é um processo educacional desarticulado, desvinculado do campo, na medida em que a sua educação não é a do campo, mas a educação da cidade” (OLIVEIRA et al, 2011, p. 71).

Esse movimento Por uma Educação do Campo constituído pelo Fórum Paraense de Educação tem proporcionado momentos de encontro que oportunizam divulgar conhecimentos e resultados de pesquisas que versem sobre a realidade da educação do campo no estado do Pará.

Segundo Oliveira et al (2011), o Seminário “Educação do Campo e Desenvolvimento Rural na Amazônia”, em 2004, foi o pontapé inicial e decisivo para se consolidar, no Pará, as discussões a respeito da educação do campo, contribuindo, sobretudo, para Criação do Fórum Paraense de Educação do Campo.

Desde então, têm se desencadeado no Pará, sucessivos eventos que evidenciam e dinamizam a realidade educacional do campo na Amazônia, particularmente no Pará. Oliveira et. al. (2011) afirmam que, no ano seguinte, aconteceu o “II Seminário de Educação: Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará”, resultante dos eventos realizados em diferentes regiões do estado.

No sentido de sistematizar as ações realizadas por esse movimento no contexto da educação do campo no Pará, Oliveira et al (2011, p. 66-67) registram:

- Encontro Estadual do Campo, da Floresta e dos Rios/Águas da região Tocantina - município de Cametá, realizado no dia 13 de dezembro de 2004;
- Encontro de Educação do Campo em São Domingos do Capim, realizado no dia 26 de fevereiro de 2005;

- Encontro de Educadores e Educadoras do Campo do Nordeste Paraense - município de Bragança, realizado no período de 2 a 8 de abril de 2005.
- I Seminário de Educação do Campo do Nordeste Paraense - município de Castanhal, realizado no dia 21 de maio de 2005.
- I Encontro Meso Regional de Educação do Campo da Transamazônica e Xingu - município de Altamira, realizados nos 28 e 29 de abril de 2005.
- Encontro de Educação do Campo em Xinguara, realizado nos dias 29 e 30 de abril e 1^a de maio.
- Encontro de Educação do Campo em Mojú, realizado no dia 10 de maio de 2005.
- I Conferência Regional de Educação do Campo da Região Sul e Sudeste do Pará - município de Marabá, realizada nos dias 19, 20 e 21 de maio de 2005.
- Plenária de Educação do Campo no Baixo Amazonas - município de Santarém, realizado no dia 28 de maio de 2005.
- Plenária de Educação do Campo do município de Soure, realizada no dia 04 de junho de 2005.
- Plenária de Educação do Campo do município de Conceição do Araguaia, realizada no dia 07 de junho de 2005.

Esses eventos trouxeram à tona os anseios da população do campo quanto à educação que almejam, como forma de vinculação dos aspectos inerentes ao campo, principalmente, a questão de trabalho/território camponês, na prática educativa escolar. Para Oliveira et al (2011, p. 67), “Tais discussões geraram, em cada município, as Cartas e Manifestos que seriam apresentadas no II seminário com a finalidade de orientar a criação de políticas públicas e práticas educativas voltadas para intervir na realidade socioeducacional do campo”.

Nesse sentido, o II Seminário de Educação: Por uma Educação do Campo na Amazônia/Pará foi pensado com base em uma perspectiva de construir uma educação a partir dos territórios onde os sujeitos do campo estão inseridos. As demandas provenientes do campo se tornaram pautas de discussões frente a

novas alternativas de desenvolver o campo, com uma educação de qualidade aliada ao respeito às diversidades.

Dois anos depois, aconteceu o III Seminário de Educação do Campo, o qual trouxe como *slogan* a educação como direito dos povos do campo e, sobretudo, dever do Estado de garanti-la, expresso pela temática do evento, que segundo Oliveira et al (2011, p. 68),

O III Seminário de Educação do Campo, Educação do Campo: direito nosso, dever do Estado, realizado no período de 13 a 15 de junho de referido ano. Esse foi mais um momento de fortalecimento da caminhada, reivindicações, proposições de políticas coerentes e atinentes para as realidades dos povos do campo. Foi mais um encontro para afirmar que todos (as) têm o direito à educação e que é dever do Estado garantir o acesso e a permanência dos alunos com sucesso na escola.

De 07 a 08 de maio de 2010, realizou-se o II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará, que teve a intenção de divulgar as produções científicas a respeito de estudos que dialogam com os saberes culturais locais, principalmente, na Amazônia.

Em 2012, ampliou-se o debate a respeito do tema, com a inserção do estado do Amapá nas discussões de políticas públicas educacionais para o campo, tanto do Amapá como do Pará. Com isso, foi possível aglutinar o I Encontro da Licenciatura em Educação do Campo do Estado do Pará e Amapá e III Encontro de Pesquisa da Educação do Campo do Estado do Pará, nos dias 29 a 31 de agosto de 2012. Esses encontros, envolvendo os dois estados, Pará e Amapá, foram meios de socialização das pesquisas e experiências educativas e, sobretudo, do fortalecimento do Movimento por Uma Educação do Campo na Amazônia.

Os sucessivos eventos de debate sobre a educação do campo têm propiciado políticas públicas educacionais de inserção de jovens e adultos da Amazônia Paraense. Dessas discussões e demandas do Fórum Paraense de Educação do Campo, têm surgido programas sociais de inclusão social e educacional, com base nos anseios da comunidade apresentada nesses encontros. No Pará, encontram-se o Programa Saberes da Terra, Procampo, Pronera, Escola da Terra etc., frutos das manifestações e proposições

apresentadas nos encontros de educação do campo. São essas conquistas discutiremos no próximo item.

4. Algumas conquistas do Movimento Paraense de Educação do Campo FPEC para a Educação do Campo no Pará

Sabe-se da grande fragilidade da educação no território da Amazônia Paraense, com uma população que resiste a tantas desigualdades sociais, desde os tempos da colonização europeia, e, durante os últimos anos ou décadas, tem afetado fortemente o cotidiano do meio rural local. A expulsão de ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, entre outros, por conta dos empreendimentos industriais trazidos para a região por grupos empresariais de grande poder aquisitivo têm causado destruição dos ecossistemas aquáticos e muitas mazelas sociais para a população do campo do Pará.

A Amazônia é vista como uma área rica em biodiversidade e possibilidade de riqueza para o país e para o mundo. Daí a quantidade de empresas que se instalam facilmente na região, extraíndo as nossas riquezas regionais e, na maioria das vezes, só nos deixam as consequências da destruição do meio ambiente. Quando se trata de aplicar recurso a sua população nas mais diversas áreas sociais como: saúde, saneamento, energia elétrica, segurança pública e, sobretudo, na educação, quase nada é repassado pelos governos e pelos grupos empresariais para a região. Em relação ao repasse de recurso financeiro pelos governos para a Amazônia, principalmente para a educação, Loureiro aponta:

No que se refere à educação, a Amazônia tem sido tratada pela União, como o tem sido em todos os momentos de sua história: diferente e rica de possibilidades, quando se trata do aproveitamento de suas riquezas em favor do todo nacional; igual às outras regiões, quando se trata de aplicar nela recursos financeiros adicionais, compatíveis com a grandeza e as peculiaridades que lhes são próprias. Assim, aborda de forma igual realidades que não apenas são diferentes em inúmeros aspectos, como também são desiguais em muitos outros. Ao invés de conferir à mesma um tratamento diferenciado, que atente para suas especificidades e sua monumentalidade, a União e mesmo o país, que dela tanto se orgulham, não encaram nem assumem programas compatíveis com sua grandeza e suas peculiaridades. (2007, p. 43 - 44)

Nesse sentido, percebe-se que a Amazônia é rica em biodiversidade e com uma área propícia para o desenvolvimento e implantação de empreendimentos

industriais de alto escalão de produção, como é o caso das Empresas Japonesas ALBRAS/ALUNORTE e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que são apenas algumas das tantas empresas que exploram a região. O governo brasileiro acaba incentivando esses empreendimentos para explorarem a Amazônia, com incentivos fiscais. Entretanto, quando se trata de projetar recurso para a região, percebe-se o mínimo possível de recurso financeiro repassado para ser aplicado numa área tão grande como a nossa Amazônia.

A Amazônia paraense representa riqueza para o Brasil e, sobretudo para o capital internacional, que, por meio de empresas que se alojam aqui, acabam explorando a nossa biodiversidade e, em muitos casos, expulsam os moradores ribeirinhos, assentados, indígenas, entre outros residentes nesses ecossistemas amazônicos.

Diante de toda desigualdade que até hoje se percebe na região do estado do Pará, e da precariedade de todos os serviços públicos locais, principalmente, na área da educação, os movimentos sociais organizados, por meio do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC), vêm se articulando com ações que pressionam o Governo Federal a oferecer políticas e programas sociais para os povos que vivem na floresta Amazônica paraense. A área educacional recebe um olhar especial nesses movimentos, destacando-se que “somente as escolas construídas política e pedagogicamente pelos sujeitos do campo, conseguem ter o jeito do campo, e incorporar neste jeito as formas de organização e de trabalho dos povos do campo” (CALDART, 2004, p. 110).

Nesse sentido, políticas e programas sociais projetados para os sujeitos do meio rural amazônico devem incorporar os saberes produzidos por esses sujeitos, considerando que,

(...) é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada a sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais. (CALDART, 2004, p. 149-150)

A partir dessas propostas, que visam a relacionar os conteúdos escolares com os saberes do lugar, surgem algumas políticas e programas sociais em nível nacional, que emergem das propostas de educação dos trabalhos rurais, com

foco na valorização do se produz no meio social local, como a cultura, religião, trabalho etc.

Nesse contexto, apresentamos os programas e a perspectiva incorporada por cada um deles quanto à realidade do campo. Todos eles existem e beneficiam os sujeitos do meio rural de todo o Brasil, particularmente neste estudo, o estado do Pará. São eles:

- **Escola da Terra:** destinado a professores que atuam em escolas do campo, onde fazem curso de aprimoramento de metodologia da educação do campo, visando a trabalhar com respeito à diversidade do território camponês, onde atuam como docente.
- **Projovem Campo Saberes da Terra:** destinado a jovens e adultos, funcionando no regime da Pedagogia da Alternância, com atividades do tempo escola e tempo comunidade. No tempo escola, aprimoram-se com os saberes escolares, com base no cotidiano dos educandos do meio rural e, no tempo comunidade, realizam atividades de pesquisa na comunidade de origem.
- **Procampo (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo):** foi criado em 2007, pelo Ministério da Educação (MEC). O principal objetivo do programa é qualificar professores em nível de formação inicial, para atuarem nas escolas do campo, tendo como pressuposto a Pedagogia da Alternância, isto é, tempo escola e tempo comunidade.
- **Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)** instituído pela Portaria nº 10/98, em 16 de abril de 1998, cujo objetivo principal se constitui como mecanismo em favor da democratização da educação para os trabalhadores/as da reforma agrária, respeitando as particularidades dos sujeitos sociais e, paralelamente, contribuindo para a permanência dos agricultores no campo, tendo o desenvolvimento sustentável como principal resultado desse processo. O programa abrange as seguintes modalidades de educação:

- Alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e capacitação e escolaridade de educadores(as) para o ensino fundamental em áreas da Reforma Agrária;
- Formação continuada e escolaridade de professores(as) de áreas da Reforma Agrária (nível médio na modalidade normal ou em nível superior por meio das licenciaturas);
- Formação profissional conjugada com a escolaridade em nível médio, por meio de cursos de educação profissional de nível técnico ou superior (de âmbito estadual, regional ou nacional), em diferentes áreas do conhecimento, voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável no campo. (BRASIL, 2004, p. 21)

Nesse sentido, o Pronera abrange desde a educação fundamental ao ensino superior, promovendo qualificação aos sujeitos residentes no meio rural de todo Brasil, particularmente do estado do Pará, onde os agricultores familiares, quilombolas, indígenas e ribeirinhos estão usufruindo de uma política educacional que focaliza o cotidiano como instrumento necessário ao processo ensino-aprendizagem no meio rural.

Escola da Terra, Pronera, Procampo e Projovem Campo Saberes da Terra são programas sociais com identidade voltada para os sujeitos do meio rural, com foco, sobretudo, no território, espaço onde acontecem as práticas culturais dos povos do campo. Esses programas chegaram ao Pará por conta da articulação do Movimento Paraense de Educação do Campo, que tem discutido um modelo de educação que esteja diretamente vinculado a realidade dos camponeses.

Considerações finais

Durante a elaboração deste texto, procuramos analisar a trajetória e a realidade da educação do campo no estado do Pará, apresentando desde dados estatísticos educacionais à organização do Movimento Paraense de Educação do Campo, que impulsionou a articulação de programas educacionais para a realidade local, como: Pronera, Procampo, Escola da Terra e Projovem Campo Saberes da Terra.

A educação do campo no Pará precisa ser planejada conjuntamente com a população que a necessita. Fugir do diálogo com quem tem direito à educação, significa nada mais que excluir o elemento principal da construção de políticas de educação do/no campo. Significa violar a inserção dos saberes do lugar como requisito necessário a uma educação plural para o território camponês.

Direcionar políticas de qualificação de professores para atuarem nos territórios camponeses pode ser uma alternativa, para que, com novas metodologias, façam a diferença quanto à valorização dos aspectos inerentes ao local dos educandos. Os programas educacionais apresentados têm esse objetivo e, além do mais, incentivo salarial a quem se disponibilizar a trabalhar nessas comunidades rurais.

Referências bibliográficas

- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96. Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmaras, 2016. (Série Legislação, n. 253)
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p. 87-131.
- CARMO, E. S; PRAZERES, M. S. C. Retratos e desafios da educação do/no campo no Brasil e na Amazônia. In: ABREU, W. F; OLIVEIRA, D. B; SILVA, E. S. (Orgs.). *Educação ribeirinha do campo: Saberes, vivências e formação no campo*. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013. p. 145-160.
- CURY, C. R. J. A educação básica como direito. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 134, p. 293-303, maio-ago 2008.
- HAGE, S. M. Classes multisseriadas: desafios da educação rural no estado do Pará/região amazônica. In: HAGE, S. M. (Org.). *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005. p.42-60.
- HAGE, S. M. GEPERUAZ: Aspectos significativos de sua criação, identidade e abrangência. In: HAGE, S. M. (Org.) *Educação do campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará*. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005. p.22-30.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século. *Revista Cocar*, v.1, n.1, p.17-45, jan-jun 2007.
- OLIVEIRA, I. A, et al. *Educação em classes multisseriadas na Amazônia: singularidade, diversidade e heterogeneidade*. Belém: EDUEPA, 2011. V.1